



AEDOS Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

“Leis que atuam no tempo e no espaço”: um diálogo entre o pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e família

Fábio Roberto Wilke¹

Resumo: Este artigo está inserido em uma historiografia que procura compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas entre as décadas de 1930 e 1945 no Brasil. Deste modo, na primeira parte abordaremos a influência do pensamento autoritário de Oliveira Vianna na formulação de políticas por parte da Ditadura do Estado Novo e como o seu diagnóstico da “realidade nacional” teve importância na formatação político-burocrática do Estado. Em segundo lugar, acrescentaremos as proposições sobre centralização econômica de Azevedo Amaral e o papel da economia para este intelectual no desenvolvimento da nação. Por fim, como o Estado Novo utilizou-se da família como um argumento teórico, mas também prático, no sentido de intervenções políticas visando a conformação da família trabalhadora e, do mesmo modo, de que forma absorveu o pensamento autoritário de Vianna e Amaral para estruturar a sua política social e econômica.

Palavras-chave: Autoritarismo; Estado Novo; Família.

Abstract: This article is inserted in a historiography that tries to understand the social, economic, and political dynamics between the decades of 1930 and 1945 in Brazil. Thus, in the first part, we will discuss the influence of Oliveira Vianna's authoritarian thinking on the formulation of policies by the New State Dictatorship and how its diagnosis of "national reality" played a role in the political-bureaucratic formatting of the State. Second, we will add the propositions about Azevedo Amaral's economic centralization and the role of economics for this intellectual in the development of the nation. Finally, as the Estado Novo used the family as a theoretical, but also practical, argument in the sense of political interventions aimed at conformation of the working family and, in the same way, how it absorbed the authoritarian thinking of Vianna and Amaral to structure the social and economic policy.

Keywords: Authoritarianism; New State; Family.

“Os arquitetos da ordem”: o pensamento autoritário de Oliveira Vianna

A influência do pensamento autoritário durante as décadas de 1930 e 1945, no Brasil, exhibe um campo relativamente desenvolvido na historiografia brasileira. Estudos clássicos como o de Eli Diniz (1978) trataram da relação entre o empresariado e o desenvolvimento do capitalismo industrial. Lúcia Lippi Oliveira (1982) se debruçou sobre a relação entre os intelectuais, a cultura e o Estado. Trabalhos recentes como o de Rodrigo Patto Sá Motta e Luciano Aronne de Abreu (2013), voltaram suas atenções para a conexão entre o autoritarismo

¹ Graduado em História Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (2017), com financiamento CAPES/DS.

e a cultura política. Estes trabalhos contribuíram para a compreensão das inúmeras facetas sob as quais o autoritarismo pode se revelar em determinada formação social.

A respeito disso, buscaremos compreender de que modo as proposições autoritárias de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral se desenvolveram em um contexto de irradiação de ideias e absorção de práticas autoritárias pela categoria política. Ao mesmo tempo, como a instituição família pode ser percebida enquanto um instrumento que o Estado lançou mão visando certa estratégia de desenvolvimento de suas práticas autoritárias.

O processo de circulação de ideias deve ser compreendido de modo que se permita apreendê-lo a partir de sua inscrição nas próprias relações sociais de determinado contexto histórico. Ou seja, influenciado pelas relações sociais ao mesmo tempo em que as influencia, no sentido em que “devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas”, como entende Roger Chartier (1991, p. 180). Ou seja, buscaremos entender quais foram as condições do desenvolvimento histórico concreto que tornaram possível a absorção e a utilização prática, a partir da própria organização do Estado, de algumas das principais proposições teóricas de Oliveira Vianna e Azevedo Amaral. Isto, tendo como entendimento de Estado aquilo que Antonio Gramsci (1991, p. 87) definiu como “todo complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados”.

Para compreender as conjunções que delinearam este contexto, podemos reavivar algumas questões desenvolvidas pelos pensadores autoritários aos quais nos referimos. Neste sentido, Oliveira Vianna foi responsável por formular uma questão latente nos anos trinta no Brasil: a busca pela nacionalidade como elemento que propiciaria a solução dos problemas nacionais e, dentro disto, o problema da representação política.

Assim dissertou Vianna sobre o porquê da democracia no Brasil, em geral, e a república, em particular, não terem alcançado êxito, ao falar sobre a “realidade nacional”:

Busque-se, porém, a causa desse fracasso – e ver-se-á que está precisamente em que nenhuma destas construções se assentou sobre as bases argamassadas com argila da nossa realidade viva – da nossa realidade social – da nossa realidade nacional. Esta realidade nacional nos ensina muita coisa. Entre as coisas ensinadas, está esta: de que se, ontem como agora, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas nunca à maneira brasileira (VIANA, 1927, p. 13)

Esta percepção apresentou relativa penetração nos meios políticos do período. Percebe-se assimilada nas manifestações oficiais do Estado Novo enquanto uma necessidade premente. Seria a partir da compreensão das especificidades brasileiras, alheia aos estrangeirismos, que

se chegaria à solução das deficiências políticas e também sociais e econômicas. Este processo de interpretação de Oliveira Vianna foi denominado por Bernardo Ricupero (2014, p. 19) de “a crítica da cópia”. Para isso, o autor traça uma linha que permeia desde Vianna, passando por Visconde do Uruguai e chegando a Wanderley Guilherme dos Santos.

Sendo mais específico, Vianna estabeleceu que ao contrário do ocorrido nos regimes europeus e norte-americano (de cultura anglo-saxã)², no Brasil a deficiência estaria ligada à falta de “opinião pública” do povo. Com isso, denotou certo descompasso entre as proposições dos republicanos e a capacidade de apreensão do povo em relação a suas ideias. Acusando os republicanos de viverem em uma “crença do poder transfigurador das fórmulas escritas”, afirmou que o povo, então, não exibira “condições mentais e estruturais” para a organização de um pensamento político condizente com determinado sentimento de pertencimento à pátria republicana.

Aliado a este diagnóstico, Vianna detectou ainda dois problemas: um seria a suposta inexistência de solidariedade de classe e, da mesma forma, de um sentimento de interesse coletivo. Este seria motivado pela falta de organização daquilo que denominou como “classes populares” (classe agrícola, industrial, comercial e operária). De modo geral, isso resultaria na falta de capacidade de exercerem pressão sobre os órgãos de poder, através da organização da opinião pública.

O segundo estaria ligado ao que Oliveira Vianna (1927, p. 50) denominou de um “traço característico de nossa psicologia social” e referir-se-ia à presumida característica de se buscar certas compensações particulares quando em relação com o bem público em detrimento de certo espírito de civismo republicano. Neste ponto, novamente, Vianna hierarquizou culturalmente os povos anglo-saxões que teriam desenvolvido esta noção de coletividade republicana devido ao seu senso de coletividade e formação política.

Retomando, entendemos a circulação das ideias em concordância com Roger Chartier (1991) quando este estabeleceu que a produção de sentido se constitui enquanto um processo historicamente determinado. Desta forma, compreendemos que as concepções elaboradas por

2 Oliveira Vianna (1927, P. 46) apresenta um conteúdo que exprime uma suposta superioridade racial dos povos de cultura anglo-saxã. Neste sentido, afirma que estes teriam atributos biológicos superiores, através do “temperamento da raça”, bem como atributos morais ao exibirem “formação social e política”. José Murilo de Carvalho (1981, p. 83) dirá que “o racismo e o apoio à ditadura foram pecados graves. Mas o julgamento não considerou as atenuantes. Racista era quase toda a elite de sua época, embora nem sempre se confessasse. Até mesmo a Constituição de 1934, democraticamente elaborada, pregava a eugenia”.

Oliveira Vianna estiveram circunscritas no contexto de sua própria experiência e, acima de tudo, de suas percepções acerca destas³.

Ao mesmo tempo, isto significa que a apropriação de suas ideias por outrem esteve sujeita, do mesmo modo, à circunscrição das experiências específicas destes que as apropriaram. Com isto, queremos dizer que ao nos dedicarmos à apreensão dos ideais autoritários deste autor, e também de Azevedo Amaral, não buscamos sua apropriação prática *ipsis litteris*.

As condições ou o “contexto real” a partir do qual as ideias tomam forma e aplicação prática – por exemplo, em sua utilização nas práticas de governo – foi o que nos interessou aqui. Deste modo, percebemos que houve certa diferenciação entre as ideias originais de Vianna e aquelas expressas por Getúlio Vargas. Estabelecendo uma analogia entre os discursos do chefe estado-novista com os excertos de Vianna, percebemos que o exercício da prática política ocasionou nuances entre o original e a sua absorção.

Desta forma, entendemos que se torna plausível a afirmação da influência do pensamento organizacional autoritário de Oliveira Vianna na estruturação do Estado Novo. Todavia, é preciso que se qualifique esta afirmação indicando suas particularidades de acordo com a própria construção política que se tentou efetivar durante o período.

Assim sendo, se Vianna demonstrou em seus diagnósticos incisivo teor racial ao apontar a superioridade da cultura dos povos anglo-saxões em questões biológicas, mas também éticas e morais, esta foi uma característica atenuada nas manifestações políticas de Getúlio Vargas, como se pôde perceber nos atributos que seu governo desejou encontrar nos imigrantes europeus que pretenderiam aportar em terras brasileiras⁴. Em relação a estes, disse que desejaria “homens válidos e laboriosos e repudiamos os elementos moral e fisicamente indesejáveis, os de atividade parasitária, os sem ofício, os desenraizados e incapazes de fixar-se, de constituir família brasileira, de amar a terra adotiva e por ela sacrificar-se”⁵ (VARGAS, 1940, p. 244).

Com isso não pretendemos avaliar que não houve, por parte de Getúlio Vargas e sua composição política, qualificação étnica e ações coercitivas a determinados grupos, mas sim denotar que a dinâmica do processo político fez com que o discurso estado-novista, principalmente o de Vargas, apostasse na exaltação de um modelo de imigrantes desejados

3 Introdução ao contexto de produção da obra de Oliveira Vianna e a influência que pensadores como Alberto Torres tiveram no desenvolvimento de suas concepções se pode encontrar em: PAIM (2008, p.13-31). Para uma retrospectiva do pensamento autoritário na América Latina ver WASSERMAN (2013, p. 179-207).

4 Sobre a imigração durante o Estado Novo ver: Pandolfi (1999, p. 197-257).

5 Fonte: Discurso “O devotamento do exército e da Marinha à obra da renovação nacional”, de 31 de dez. 1940. Rio de Janeiro. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: Ferro, carvão, petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. v. 8.

enquanto discurso. Isto, pois como demonstra Seyferth (1999, p. 189) “a partir de 1937 foram tomadas medidas coercitivas visando a atingir as organizações comunitárias étnicas produzidas pela imigração, em nome da tradição de assimilação e mestiçagem demarcadoras da nacionalidade”.

Ao mesmo tempo, ambos compartilharam a necessidade de adequar a solução dos problemas da nação através da compreensão das particularidades nacionais. Vargas, porém, elaborou a questão de modo a acentuar que haveria no povo brasileiro as condições para o seu pleno desenvolvimento. O que haveria faltado até então seria a capacidade dos governos políticos de propiciarem as condições materiais para isso. Afinal, se em “O idealismo da Constituição” Oliveira Vianna se referiu ao arranjo político das primeiras décadas de República, Vargas, já constituído enquanto governante, não poderia desenvolver a tese de que o problema seria justamente a organização política⁶, mas sim o modo como esta haveria se portado até então.

Esta foi uma das formas em que se pôde conceber o acentuado discurso que propôs a urgência na melhoria das condições de vida do operariado. Outra diferença qualitativa se pôde perceber no seguinte ponto: se Vianna exprimiu certa deficiência em um espírito de coletividade da população brasileira, Getúlio acentuou que esta seria uma característica justamente da “civilização cristã brasileira”. Assim, em sua recorrente propaganda da instituição do salário-mínimo afirmou, em 1938, que:

O salário-mínimo representa, hoje, uma imposição da justiça social. Não seria possível deixar de instituí-lo, num país de civilização cristã, onde o sentimento de solidariedade humana entra como fator na educação individual e estrutura as próprias bases da sociedade⁷ (VARGAS, 1938, p. 172).

Sendo assim, as particularidades ligadas ao desenvolvimento histórico foram responsáveis por estas nuances. Oliveira Vianna, além de exercer seu cargo de Conselheiro Jurídico do Estado Novo, foi um intelectual, um advogado, um jurista – até exercer seu cargo de Conselheiro Jurídico do Estado Novo. Isto significa que suas proposições não estiveram condicionadas a qualquer aplicabilidade objetiva.

Getúlio Vargas, por outro lado, representou uma composição política que ascendeu ao poder e isto significou que a absorção das ideias autoritárias passou por condições que lhes deram possibilidade de ação, ao tempo em que se buscou seu estabelecimento hegemônico. No

6 Edgar De Decca (1986) desenvolveu, para o contexto de 1930, com eficiência esta tese ao demonstrar como se criou o discurso do “novo” Estado em contraposição às “antigas” oligarquias políticas da República.

7 Fonte: Discurso “Problemas e realizações do Estado Novo”. 19 de fev. 1938. Petrópolis In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: O Estado Novo* [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 5.

sentido em que Gramsci compreendeu ao refletir que o político, ao apresentar suas proposições, não as cria sem bases, mas sim “baseia-se na realidade fatural. Mas o que é esta realidade fatural? É talvez algo de estático e imóvel, ou não é antes uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio?” (GRAMSCI, 1991, p. 22).

Desta forma, podemos compreender a própria utilização da invocação política da “característica cristã” do povo brasileiro. A análise das manifestações nos permitiu identificar que ela se apresentou principalmente quando se buscou o apoio da população no combate ao comunismo. Isto se deveu, supomos, a capacidade de se mapear simetrias entre os dogmas da ideologia cristã católica com a aversão ao comunismo.

Prosseguindo neste raciocínio foi possível identificar certa nuance no que disse respeito às considerações tecidas à população brasileira. Enquanto Oliveira Vianna foi claro ao indicar supostas deficiências, principalmente na capacidade de formulação de uma opinião política coesa e militante, dentro daquilo que denominou “opinião pública”, Vargas, por sua vez, enfatizou a capacidade do povo brasileiro.

Neste sentido, disse que o “povo brasileiro, dotado de inteligência viva e pronta, é capaz de aprender todos os ofícios, de praticar as técnicas mais difíceis e complexas, de adaptar-se facilmente ao manejo de novas máquinas”⁸ (VARGAS, 1940, p. 392).

Faz-se necessário destacar que houve certa distinção entre as preocupações exibidas por Oliveira Vianna e por Getúlio Vargas. O primeiro voltou suas preocupações a entender o brasileiro e seu entendimento em relação ao sistema político, os modos e as causas que levaram a população brasileira a não se adequar aos sistemas políticos propostos até então. Vianna (1927, p. 65) entendeu que as questões sociais e econômicas seriam importantes, mas, segundo ele, as “reformas maiores, de caráter social e econômico” deveriam atuar no sentido de desenvolver possibilidades econômicas do eleitorado ao ponto de estes apresentarem “independência de opinião” alheia a sua instabilidade econômica, não precisando estar sujeitos a determinações do que ele denomina de “mandões locais”.

Já a composição política do Estado Novo não exibiu como preocupação central o entendimento de como os brasileiros se relacionariam ou apreenderiam o sistema político, mas sim como a população deveria se inserir no âmbito do social, como poderia atingir sua completude patriótica, elevando-se material e moralmente, através do trabalho e do alcance de direitos sociais através do Estado. Isto porque o “Estado Novo”, enquanto construção discursiva das frações de classe que alçaram ao poder em 1937, o fez justamente para se proclamar como

8 Fonte: Discurso de 5 de jan. 1940. São Paulo In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

o saneador dos problemas políticos do país (D'ARAÚJO, 2013). Ora, a partir disso não caberia à população questionamentos de ordem política, mas sim buscar seu progresso social e econômico através da ajuda e intervenção do Estado⁹.

Angela de Castro Gomes (2005, p. 201) recorreu a Wanderley Guilherme dos Santos (1979) para compreender esta questão, ao afirmar que “o cidadão desta nova democracia, identificado por seu trabalho produtivo, não mais se definia pela posse de direitos civis e políticos, mas justamente pela posse de direitos sociais”. Ao mesmo tempo, Gomes (2005, p. 201) afirmou que “o trabalho deveria ser encarado como uma atividade central na vida do homem e não como um meio de “ganhar a vida”. Isto implicou que o homem assumisse plenamente sua personalidade de trabalhador, pois ela era central para a sua realização como pessoa e sua relação com o Estado”.

“Os arquitetos da ordem”: o pensamento autoritário de Azevedo Amaral

Continuando no entendimento que estamos construindo, deixaremos por hora as concepções de Oliveira Vianna e nos voltaremos às formulações de outro intelectual influente no período dos anos do Estado Novo: Azevedo Amaral¹⁰. Isto, pois Oliveira Vianna realizou suas inquietações intelectuais acerca da temática política, em termos gerais. Sua preocupação central esteve ligada ao “idealismo” dos arranjos políticos institucionais até então e sua suposta inadequação em relação à realidade apresentada pelo país.

Deste modo, julgamos pertinente ao nosso trabalho realizarmos um contraponto, nos detendo nas ideias de Azevedo Amaral. Este desenvolveu sua obra exibindo a economia enquanto uma das linhas mestras de entendimento e da busca por soluções.

A economia foi um dos motes principais do argumento da política estado-novista, pois foi nesta apreensão geral de desenvolvimento econômico que se conciliaram os pressupostos do trabalho, da família, do sindicalismo e da nação. Afinal, com o advento do Estado Novo o trabalho ganhou um novo status, sendo o responsável pelo engrandecimento material da nação, mas também moral da população (GOMES, 2005).

Diante disso, percebemos que o discurso econômico que percorreu o desenrolar dos anos trinta chegando ao Estado Novo, possuiu alguns incentivadores, dentre os quais Azevedo Amaral. Neste ponto, Martins (2014, p. 114) afirma que um aspecto a ser ressaltado nesta

9 Neste sentido Maria Celina D'Araújo (2003, p. 215) dirá que nos anos trinta “produziu-se, de forma hábil e convincente, uma ideologia de que a democracia política era incompatível com a resolução dos conflitos sociais e de que só o Estado estaria apto a dar soluções cabíveis”.

10 Cabe destacar que a obra que nos referiremos foi lançada após a instauração do Estado Novo, tendo sua edição no ano de 1938.

preocupação de Amaral com a economia é que para este “a esfera econômica não se reduz à condição de um simples instrumento à disposição do Estado-Nação para que este se fortaleça ou se construa. Ao contrário, a economia para ele é uma das bases – se não a principal – da constituição social e do político”.

As manifestações de Getúlio Vargas acerca da economia nos permitiram indicar certa tendência neste mesmo sentido. Ao se referir à economia enquanto a base da constituição do social e do político, Azevedo Amaral se aproximou do apelo varguista de que somente através de uma nação economicamente forte se conseguiria expurgar os males do país – reitera-se, não somente os econômicos.

Foi neste sentido que Getúlio deixou sua mensagem de ano novo, a partir do Palácio da Guanabara, em 1938, ao lembrar que “todos os problemas em equação na vida brasileira tendem ao objetivo supremo de coordenar os valores humanos e os valores econômicos, a fim de tornar a Nação cada vez mais forte e mais próspera” (VARGAS, 1938, p. 127)¹¹.

Da mesma forma que Oliveira Vianna, Azevedo Amaral exibiu como perfil metodológico a característica da realização de sínteses históricas do desenvolvimento do Brasil. Assim, construiu reflexões gerais através de extensas passagens de tempo. A obra a qual nos referiremos, “O Estado autoritário e a realidade nacional”, manteve este mesmo padrão, mesmo que em período reduzido, se comparado à “Idealismo da Constituição” de Vianna.

Dividida em duas partes, na primeira realizou uma síntese das décadas anteriores através do que denominou de “dissolução da primeira República” (AMARAL, 1938, p. 41). De caráter propositivo, Azevedo Amaral (1938, p. 6) expôs logo no início da obra, suas intenções, a qual seria representar “mais um ensaio crítico, tendo por finalidade prosseguir no encadeamento de estudos sociológicos e políticos em torno dos problemas brasileiros”.

Esta característica de grandes sínteses foi um aspecto percebido por estudiosos dos modos e formas que os intelectuais e suas ideias estiveram inseridos no Brasil dos anos trinta. Neste sentido autores como Pécaut (1990), Miceli (1979), Abreu (2014) e Gomes (1982), entre outros, foram alguns dos que identificaram esta característica atuante de parte da intelectualidade no período, notadamente a de cunho autoritário.

Alinhando-se a estes se posiciona o estudo de Ricardo Virgílio da Silva¹². Em sua tese de doutorado estudou as concepções autoritárias de Estado no contexto brasileiro, e denominou

11 Fonte: Discurso “No limiar do ano de 1938, de 31 de dez. 1937. Palácio do Guanabara”. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil: O Estado Novo* [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

12 Ver: SILVA, Ricardo Virgílio Da. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, São Paulo, 1998.

esta prática alegoricamente de “a sociologia contra o liberalismo”. A partir disso, alegou que os intelectuais de cunho autoritário, dentre eles Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, identificaram supostos obstáculos ao livre desenvolvimento das capacidades da nação brasileira.

Dentre estes supostos obstáculos Silva (1998, p. 105), destacou aquele que considerou o principal, e que consistiu “nas características constitutivas da cultura e do caráter do povo brasileiro. Os ideólogos do Estado autoritário partem do princípio de que a grande massa da população brasileira é individualista, irracional e arredia à participação política”. Esta foi, de fato, uma constante nas obras dos autores que estamos abordando neste trabalho.

Diante disso, realizando uma “síntese sociológica” do Brasil, desde antes da invasão portuguesa, Azevedo Amaral elencou elementos que seriam os responsáveis por este desajustamento da população brasileira em relação à participação política. Em primeiro lugar, denotou que a classe produtora à época da subordinação à Coroa Portuguesa se desenvolveu exibindo certo desagrado, que estaria ligado a relação puramente fiscal e orçamentária estabelecida pela Coroa. Segundo Amaral, esta seria a causa por certa “deformação mental” na classe produtora, ao modo que isto teria resultado no fato de que os homens “adquiriram o hábito de encarar o Estado como entidade adversa e a verem na autoridade pública uma força permanentemente contrária aos seus legítimos interesses” (AMARAL, 1938, p. 21).

Ao mesmo tempo, Azevedo Amaral (1938, p. 21) abordou outra questão que, segundo externou, foi complementar, e passa a se referir ao aparecimento de “uma classe acentuadamente inadequada ao exercício de funções políticas e que, entretanto, se tornou uma espécie de nebulosa sociológica, de onde saíram elementos que exerceram enorme influência na evolução brasileira”.

Nesta ideia, Amaral (1938, p. 21) aproximou-se das concepções racistas de Oliveira Vianna, estabelecendo que esta classe que denominou de “nebulosa sociológica”, “em consequência de facilidade com que ocorria a miscigenação entre colonos portugueses e mulheres ameríndias e sobretudo de origem africana, avolumou-se nas regiões do país”. Desta união teriam resultado elementos que acabaram ocupando cargos intermediários na administração pública, mas que devido a terem ficado “imunes ao trabalho pesado que incidia sobre os escravos [...] passaram a constituir na sociedade brasileira uma categoria especial de indivíduos que gravitavam para o exercício de funções parasitárias” (AMARAL, 1938, p. 220).

Prosseguindo em sua análise, Azevedo Amaral apresentou, do mesmo modo que Oliveira Vianna, a questão da tentativa de se importar soluções políticas ao contexto brasileiro. Neste sentido, afirmou que as experiências estrangeiras nada teriam a acrescentar, visto que estariam inseridas em um contexto diverso do brasileiro, pois naqueles casos teria havido

confronto entre uma nascente burguesia urbana e os representantes do decante sistema feudal, ambiente que nunca teria se apresentado no Brasil (AMARAL, 1938, p. 26).

Desta forma, o que nos cabe ressaltar é esta tendência em Oliveira Vianna e Azevedo Amaral a demonstrar os meios que supostamente levaram a população a exibir determinadas deficiências de entendimento no que se referia à sistemática política institucional. Ambos delimitaram, a seu modo, dois tipos de “problemas fundamentais”: de um lado o problema na formação da população brasileira, que não haveria reunido condições sociológicas e culturais de apreender o sistema político moderno e republicano; de outro, a falta de capacidade das classes dirigentes de proporem soluções que estivessem de acordo com a realidade brasileira e também sua influência a partir de esquemas estrangeiros.

Diante disso se percebe que mesmo havendo nuances condicionadas pela prática política estas concepções, em linhas gerais, foram absorvidas pelo discurso político do Estado Novo. A compreensão, por parte da categoria política estado-novista, de que seria preciso um Estado forte e interventor como solução única dos problemas nacionais, pode ser entendida como tendo raízes nestas construções.

Ajudou-nos a entender esta questão Ricardo da Silva (1998, p. 106), que analisando o pensamento político dos ideólogos autoritários em relação à estruturação do Estado¹³ autoritário, compreendeu que se pode estabelecer “um “fim prático” do programa político subjacente a ideologia autoritária: “a hipertrofia do Poder Executivo estatal, sob a gerência de uma elite científica, que disponha de uma ampla liberdade de movimentos para moldar, disciplinar e organizar a sociedade, o povo e a nação”.

Ao mesmo tempo, recorremos a Martins (2014, p. 115), quando se referiu aos pressupostos de Azevedo Amaral, ao sublinhar que “por toda a sua obra, perpassa a ideia de que só é possível a constituição de uma civilização consistente através da adoção de uma capacidade produtora ou de uma organização produtiva incorporadora da técnica moderna, o que só seria possível mediante a industrialização”.

Esta supracitada capacidade de organização produtiva, segundo Azevedo Amaral, teria seu desenvolvimento pleno através de um executivo forte e centralizado. Neste sentido, perpassou em *O Estado autoritário e a realidade nacional* a crítica ao Poder Legislativo, principalmente nos anos trinta, no sentido de não terem exibido a capacidade política de enfrentarem os problemas, notadamente o econômico e a “ameaça comunista” em sincronia

13 Em sua tese de doutorado SILVA (1998, p. 104) se debruça sobre os elementos temáticos contidos nas elaborações de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, que organizam a estrutura argumentativa da ideologia do Estado autoritário no que denomina de primeira fase (anos vinte e trinta)

com o judiciário e o executivo¹⁴. Sendo assim, este foi o ensejo que Amaral encontrou para a crítica da democracia liberal no Brasil, afirmando que esta seria uma “forma de organização estatal inadaptável ao meio brasileiro” (AMARAL, 1938, p. 125-126).

Desta forma, se para Azevedo Amaral e Oliveira Vianna a “realidade social” se referiu ao descobrimento de modos em que o sistema político brasileiro deveria assumir sua responsabilidade de ação, para o Estado Novo, já instaurado, “realidade social” significou a harmonia na relação capital-trabalho. Sendo assim, suas ações deveriam se impor no sentido de criar condições para que ambas as partes desenvolvessem o seu pretendido papel na construção da harmonia social.

Em linhas gerais, a intenção de colaboração entre classes sociais e a proposição da formação destas como partícipes de um “organismo social”, denominou-se de corporativismo¹⁵. Pode ser entendida ao modo em que Maria Celina D’Araújo (2013, p. 220) expôs ao denotar que o “corporativismo, por essa razão, é caracterizado por ser forma vertical de organização. Esta se faz de cima para baixo e, lá na base, cada indivíduo é concebido como parte do Estado, posto que pertence a uma única organização que é parte da máquina estatal”. E prossegue ao complementar que “esse corporativismo estatal prega não haver lugar para interesses particulares, disputas políticas e onde se impôs, o fez de forma autoritária” (D’ARAÚJO, 2013, p. 220).

Foi neste âmbito que nossa preocupação residiu, afinal, se houve uma expressa determinação de mudança em certas expressões socioeconômicas e culturais impostas pelo Estado em nome da nação, isto se deu de forma a não permitir ações destoantes. Desse modo, o Estado Novo estabeleceu um projeto de desenvolvimento econômico que visou conformar a ampla diversidade social em relação ao seu projeto. Da forma em que Pedro Cezar Dutra Fonseca analisou a estruturação econômica do período, sublinhando que “tratava-se, pois, de um intervencionismo defendido enquanto concepção de administrar a sociedade, e que, *ipso facto*, pretendia abrangê-la em sua totalidade e não tão-somente em algumas áreas ou esferas” (FONSECA, 1989, p. 264-265).

Obviamente esta intenção de abarcar a totalidade da sociedade é algo que transcende a capacidade de qualquer sistema de organização política. Ora, inúmeros foram os exemplos de insubordinação da classe trabalhadora no que disse respeito à discordância em relação ao que

era seu por direito, bem como quando se referiu à imposição de hábitos sociais ou culturais¹⁶. Todavia, o que ressaltamos aqui foi um determinado *propósito totalizante* do Estado que buscou abarcar diversas áreas.

A compreensão do processo autoritário ocorrido durante o Estado Novo exige que se tenha consciência desta dimensão que extrapolou os conceitos habituais de política e economia. Aqui não se faz o caso de entendermos que *houve* esta pretendida intervenção nas esferas diversas da formação social do período, mas antes buscar compreender *o porquê* se delineou este panorama.

As manifestações oficiais do Estado Novo sugeriram, objetivamente, um Estado altruísta, generoso, visionário e doador. Antes de tudo, um Estado com feições materializadas, objetivas, palpáveis, afinal, este Estado se refletia na figura de Getúlio Vargas “o pai da nação”, este ser próximo do povo e atuante no combate às suas necessidades. Foi esta a imagem criada pelas palestras semanais na “Hora do Brasil”, a cargo do Ministro do Trabalho Marcondes Filho, por exemplo.

A formação do novo trabalhador brasileiro: “Leis que atuam no tempo e no espaço”

Entendemos, em concordância com certo número de pesquisadores que se ocupam do Estado Novo, no Brasil, que neste contexto persistiu determinada ideia da necessidade de mudanças nos modos e hábitos da população brasileira

Isso ocorreu tendo em vista uma presumida necessidade de elevação da capacidade de produção do trabalhador nacional, afinal, o “novo” Brasil seria reconstruído, justamente, através de uma nova concepção de trabalho e trabalhadores, que o fizessem em nome da coletividade da nação¹⁷.

Para atingir tais objetivos, as forças políticas de sustentação do Estado Novo foram claras ao afirmar a necessidade do trabalho e do esforço conjunto e, ao mesmo tempo, de atacar os “males” que infligiam a população em diversas frentes. Não ao acaso se percebe a proliferação de institutos e departamentos que detiveram a missão de realizar estudos sobre questões de produção e de condições de vida dos trabalhadores. Nas palavras de Fonseca, o:

Aparecimento destes diversos órgãos e comissões vem atestar a mudança qualitativa das relações entre Governo Federal e economia que teve lugar a partir do Estado Novo [...] em que o governo trouxe a si a responsabilidade de coordenar, disciplinar e fomentar as atividades produtivas (FONSECA, 1989, p. 259).

16 Lembremos o caso, em 1904, dos conflitos entre o poder público e a população nos acontecimentos da Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro. Pensando em questões culturais, em uma acepção tradicional, lembremos o próprio cerco a questão do samba, no mesmo Rio de Janeiro, das primeiras décadas de República.

17 Ver Gomes (2005), Fonseca (1989), Pontes Jr e Pereira (2008), Pandolfi (1999).

Foi neste contexto de desenvolvimento do capitalismo brasileiro nas décadas de 1920 e 1930 que Maria Auxiliadora Guzzo Decca (1987)¹⁸ delimitou sua pesquisa. Nesta, demonstrou o modo como se desenvolveu na cidade de São Paulo, o maior centro industrial do país no período, uma sistemática de ações no sentido de mapear as condições de vida dos operários paulistas com o intuito de subsidiar intervenções por parte do poder público.

Mesmo que Decca tenha voltado suas preocupações de pesquisa tendo como limite o ano de 1934, julgamos pertinente o seu auxílio por compreendermos que esta tendência de acompanhamento dos padrões da classe trabalhadora se manteve por todas as décadas de 1930 e 1940. Da mesma forma, mesmo que se constituindo enquanto um estudo de caso na cidade de São Paulo, se pode generalizar esta percepção para, ao menos, os grandes centros urbanos e industriais da época. Em 1940 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística realizou um recenseamento geral do Brasil, que passou por um recenseamento demográfico e econômico e que abarcou questões demográficas, agrícolas, industrial, comercial, de transportes e comunicações, serviços e social. Interessante assinalar que no próprio documento se encontra a percepção das dificuldades em executar as pesquisas devido à falta de material, de profissionais e de recursos. Algumas questões não foram publicadas “em virtude dos instrumentos de coleta apresentarem deficiências de dados essenciais que tornaram a apuração impraticável” (Censo demográfico, 1940, p. 16).

Deste modo, Decca (1987, p. 50) esclarece que durante a década de 1930, “realizam-se estudos e inquéritos sobre as condições de vida da classe trabalhadora em São Paulo, cujo objetivo explícito é estabelecer padrões de vida da família operária para o estudo e possível solução “racional” de problemas relativos à produção e ao custo de viveres”.

O objetivo de estabelecer padrões e investigar as condições de vida da família operária se coadunou com a percepção do próprio Getúlio Vargas e sua composição política para o contexto posterior, de 1937 em diante. Houve a percepção de que seria necessária a busca por soluções “racionais” para o problema da falta de condições do trabalhador brasileiro.

Esta questão ilustra a necessidade se do não desprendimento entre economia e política, pois ao se referir a esta busca por soluções racionais por parte do Estado, se faz necessária a compreensão de que este Estado representou interesses que se alinharam com determinada parcela do setor industrial brasileiro. Eli Diniz (1978, p. 163) nos auxilia na compreensão deste xadrez político ao salientar que, “não obstante, de 1935 a 1937, a efervescência política com a

18 DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Oficinas da História, v. 3).

radicalização dos movimentos de esquerda e de direita conduziria a uma progressiva adesão do setor industrial ao modelo autoritário centralizador”. Como entende Fonseca (1989), ao analisar o contexto dos anos trinta e também no aspecto teórico que Antonio Gramsci (1991, p. 33) delinea quando diz que “se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”.

Diante disso, uma destas soluções elaboradas foi a questão da alimentação popular, entendida como deficitária nas camadas com menor acesso à renda da população. Neste sentido, Marcondes Filho propagandeava as intenções do Estado Novo nesse quesito, ao profetizar que “em futuro que breve chegará, não mais veremos homens mal alimentados, mulheres enfraquecidas, crianças subnutridas, anêmicas e predispostas à tuberculose tudo resultante de uma alimentação deficiente ou mal orientada” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 270)¹⁹.

Esta preocupação, ressalte-se, se estabeleceu na forma de políticas públicas pelo antecessor de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Waldemar Falcão que, em 1940, instituiu a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.). Este serviço visou, conforme definido em seu Artigo 1º, “assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao respectivo Ministério”²⁰.

Por mais que esta iniciativa tenha se restringido aos trabalhadores com maior organização, exibiu certa ramificação pelos Estados brasileiros. Ela veio no sentido de fornecer alimentação que se adequasse aos trabalhadores, incluindo também a redução do preço de determinados gêneros alimentícios. Da mesma forma, estabeleceu-se a construção de refeitórios públicos e estipulou-se, para empresas que contassem com mais de 300 empregados, a obrigatoriedade da construção dos mesmos²¹.

Não obstante, Maria A. G. Decca foi perspicaz ao perceber, por outro ângulo, este interesse das composições políticas pelas condições da vida operária, ao dizer que:

A preocupação com o estabelecimento de uma fronteira mínima de subsistência está implícita nas tentativas difusas de estabelecimento de níveis salariais e condições de “reprodução da força de trabalho”. Embora nem sempre explicitada, há nesses inquéritos a defesa do estudo e pesquisa da vida operária para configuração de estratégias de controle e amenização das tensões sociais (DECCA, 1987, p. 52).

19 Fonte: Discurso “O serviço de alimentação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

²⁰ Decreto-Lei Nº 2.478, de 5 de agosto de 1940.

²¹ Se a amplitude destas ações foi questionável, nos interessa aqui a sua própria proposição política, pois define uma intenção política mais ampla.

Deste modo, se percebe que a “preocupação” dispendida neste período, e aqui a autora se referiu ao contexto específico da cidade de São Paulo, mas se pode atribuir o mesmo para um contexto mais amplo, deve ser compreendida como um instrumento utilizado justamente para arrefecer certo descontentamento e, acima tudo, como instrumento de determinada melhora nas condições dos sujeitos componentes da força de trabalho.

Estas ações, então, podem ser analisadas a partir de dois aspectos. Por um lado, há a intenção clara e objetiva da melhoria dos índices de produtividade do trabalhador brasileiro. Afinal, o Estado Novo caracterizou-se pela tentativa de estabelecer um novo padrão de desenvolvimento econômico nacional. Por outro, se percebe a busca por certo saneamento de modos e hábitos de parcela da população e também de seu controle.

Neste sentido, se pôde entender a instituição do Serviço de Alimentação da Previdência Social. Ele surgiu com um propósito que transcendeu a alimentação dos trabalhadores, pois conteve em si um teor eminentemente político de construção da nação. Da mesma forma, Vargas foi claro aos seus propósitos em defender que o “estabelecimento de um padrão mínimo de vida para a grande maioria da população, aumentando no decorrer do tempo, os índices de saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso” (VARGAS, 1940, p. 395)²².

Sendo assim, entendemos que houve uma posição determinada por parte do Estado Novo no que se referiu ao controle da classe trabalhadora. A frequente retórica do amparo à família, por exemplo, se diluiu nas mais variadas formas e intensidades abordando a questão do trabalho e da produção de modo em que se associassem as intenções eminentemente econômicas e políticas a um genérico propósito de amparo particular ao trabalhador. Além disso, atuou no sentido da formação de um novo “tipo ideal”, o “trabalhador brasileiro”, que estaria inserido dentro da lógica de supressão da luta de classes, em um ambiente de “harmonia” entre as classes (GOMES, 2005). Assim, se fez pertinente a elaboração de Decca quando nos disse que:

Foram múltiplas, por exemplo, as estratégias de poder e controle sobre o operariado, sendo levadas a cabo por agentes históricos concretos nem sempre ligados ao capital, pertencentes a diferentes grupos sociais, localizados em instituições de natureza, âmbito e alcance diversos, em agências vinculadas ou não ao poder público, etc. (DECCA, 1987, p.49-50).

22 Fonte: Discurso de 1 de maio 1940. Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

Inserimo-nos nesta compreensão que estabelece que as estratégias capitalistas de controle da classe trabalhadora devem ser analisadas sob “inúmeros aspectos e múltiplos ângulos”. A referida preocupação em “tornar eficiente o trabalho” se expressou em formas variadas, pois houve a concepção de que seria preciso a intervenção direta do Estado em parcelas da população. Esta intervenção foi apoiada por expressivos políticos e também intelectuais significativos que:

Numa perspectiva de conjunto [...] apontavam o Estado forte, o centralismo e o intervencionismo como o modelo adequado para o desenvolvimento e a modernização do Estado brasileiro, compreendendo que o papel primordial do Estado é “disciplinar e canalizar as ações individuais para a realização dos objetivos superiores da Nação” (ALBERNAZ, 2014, p. 66).

Neste sentido, Gomes analisou os discursos de Marcondes Filho bem como artigos da revista “Cultura Política”²³, demonstrando o modo como se construiu a ideia de que ao mesmo tempo em que os trabalhadores foram agraciados com inúmeras medidas, deveriam retribuir ao Estado estas ações de benesses. Assim estabeleceu que:

A outorga, quando pressupõe o dar e o receber, pressupõe também o termo que fecha e dá o real sentido ao círculo: retribuir. Quem dá cria sempre uma relação de ascendência sobre o beneficiário, não só porque dá. Mas principalmente porque esperta o retorno. Esta perspectiva não se esgota em uma possibilidade; ela é um sagrado dever (GOMES, 2005, p. 228).

Ora, este “sagrado dever” se referiu precisamente à questão do trabalho em prol da coletividade e da obediência às leis. Marcondes Filho corroborou esta tese ao se referir a “consolidação” dos ideais do Estado Novo entre os trabalhadores, homenageando-os por terem tido “a capacidade construtiva, a força da obediência e o espírito de ordem com que o proletariado soubera entender o bem que lhe fora outorgado e cumprir os deveres que a lei lhe impusera”²⁴ (MARCONDES FILHO, 1943, p. 255). Ou, da mesma forma, quando o próprio Getúlio, crente em suas transformações, realizou um balanço de seu governo ao perceber que “a autoridade baseada nas leis e a segurança no trabalho vêm acelerando o nosso crescimento econômico e fortalecendo os laços da comunidade” (VARGAS, 1942, p. 455)²⁵.

23 “Cultura política” constitui-se em uma das principais revistas que discorriam sobre os propósitos do Estado Novo. Publicaram em suas páginas diversos intelectuais e políticos influentes no período como Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, Francisco Campos, entre outros. Ligada ao Departamento de Imprensa e Propaganda esteve atuante entre os anos de 1941 e 1945. Disponível no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (site), item “Dossiês”.

24 Fonte: Discurso “A consolidação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

25 Fonte: Discurso de 10 nov. 1942. Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

O Estado Novo exibiu um processo de continuidade em muitas questões que, se pode perceber, adveio desde inícios dos anos trinta. A urgência de uma nova “reestruturação” nacional que teve o Estado como arquiteto burocrático principal, e que abarcou a economia até a cultura, foi uma delas²⁶.

Para este intento seria necessária a cooperação de todos os brasileiros, em especial aqueles que estariam inseridos no mundo da produção. Não se fez à toa a elaboração em relação às leis trabalhistas que vemos no período. Ao mesmo tempo, também foi enfatizada a ideia de que o trabalho útil seria em prol da coletividade da nação.

Conjuntamente à questão política, o tema do desenvolvimento econômico nacional foi algo imperativo. Seria a conjunção de uma nova atitude da população brasileira em relação aos seus hábitos, aliada a capacidade produtiva de “todas as classes”, que seria a responsável por elevar o país aos patamares das nações “civilizadas”.

Pedro Cezar Dutra Fonseca, ao abordar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, durante os seus primeiros cinquenta anos, exibiu um entendimento a esse respeito ao referir que:

Vargas difundia o ingresso do Brasil em nova etapa histórica, de construção, a qual exigia novo homem, nova mentalidade e novas leis; não obstante, todo compromisso do presente com o futuro não dispensava, antes se alicerçava, nas lições do passado. Assim propunha resgatar os valores morais e cívicos na nacionalidade, cultivar os heróis da história e redescobrir o sentimento de brasilidade (FONSECA, 1989, p. 252).

Esta proclamada “nova etapa histórica”, de acordo com a categoria política e intelectual, exigiu uma nova formatação do Estado em sua organização burocrática e também uma nova atitude da população. Do modo que Angela de Castro Gomes (2005, p. 209) se referiu ao dizer que “o povo do Estado Novo era um corpo político hierarquizado pelo trabalho. Assim se constituía um novo ator social, definido como o cidadão de um novo tipo de democracia. O trabalhador brasileiro era o cidadão da democracia social e o homem da nova comunidade nacional”²⁷.

A família a serviço do discurso autoritário e intervencionista

26 As primeiras décadas do século XX, no Brasil, exibiram diversos movimentos, à esquerda e à direita do espectro político, que visaram intervenções sociais radicais. Guardando suas peculiaridades como, por exemplo, o papel do Estado nesta intervenção ou até mesmo sua extinção, estes movimentos representaram o signo de instabilidade social, econômica e política do país neste período.

27 Complementando, Gomes (2005, p. 229) define que “ser cidadão – integrar o mundo definido como da política – era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir carteira de trabalho) e moral (compreender o trabalho como um dever/direito)”.

A família esteve inserida neste processo no sentido de representar determinada “unidade simbólica”. Ora, o trabalho pela “família brasileira” serviu como notável retórica de união nacional. Ao se referirem a uma ideia genérica de família, as forças políticas do Estado Novo elaboraram, na verdade, um processo de dissolução das diferenças e dos conflitos.

Como observamos nesta manifestação de Getúlio Vargas aos trabalhadores em solenidade de inauguração do edifício do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no ano de 1938, quando disse que “foi sempre elevado o meu juízo sobre vossas reservas de energia patriótica, inteireza moral e devotamento ao bem público, dentro da ordem, para maior bem da família brasileira e tranquilidade do trabalho, criador de fartura e propulsor de aperfeiçoamento cultural²⁸” (VARGAS, 1938, p.387). Ao final disso cabe o questionamento: quem trabalharia em detrimento dos seus?²⁹

Desta forma, os registros apontaram para dois momentos básicos nos quais o elemento “família” foi invocado como um fator de unidade. Em primeiro lugar, foi no combate ao comunismo. As falas no sentido de se manter a “guarda contra o perigo bolchevista” foram constantes durante o golpe de 1937 e também posteriormente. Os comunistas viriam com o intuito de desagregar a tradicional tríade “deus, pátria e família”. Esta seria uma forma de acepção com ênfase no campo do político, propriamente.

Por outro lado, houve um processo de construção de um novo patamar de desenvolvimento no país. Deste modo, trabalhar em função da nação, da “família brasileira”, ou também para a sua própria família, foi um dos principais argumentos, ao mesmo tempo em que houve certa comunhão entre a família brasileira, de modo geral, e a família, de modo íntimo.

Pode-se ter um exemplo desta junção no momento em que Getúlio Vargas se expressou em relação às atitudes tomadas pelo seu governo em favor da família. Percebe-se que houve uma unidade que ligou o bem da família do trabalhador, de modo específico, e o bem do próprio desenvolvimento do país, afinal se os trabalhadores não exibissem precariedades econômicas e de saúde, poderiam voltar-se ao trabalho com todas suas forças e atenções:

A ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que cria os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades,

28 Fonte: Discurso de 10 de nov. 1934, Rio de Janeiro. In: D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

29 Para se compreender esta concepção de “família brasileira” é necessário ampliar o seu escopo de entendimento. Isso, porque termos ou temáticas como moradia, habitação, filhos, crianças, esposas e até mesmo futuro podem trabalhar analogamente ao termo específico “família” por serem noções que estão interligadas nas relações sociais. Ao mesmo tempo, se percebe na análise dos discursos, que são estes os temas que aparecem correlatos sempre que se aborda o tema da família.

instituindo o ensino profissional junto as fábricas e, ultimamente, voltando suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares [...]. Procuramos, por este meio, assegurar ao trabalhador remuneração equitativa, capaz de proporcionar-lhe o indispensável para o sustento próprio e da família [...]. A elevação do nível de vida eleva, igualmente, a capacidade aquisitiva das populações e incrementa, por conseguinte, as indústrias, a agricultura, o comércio, que verão crescer o consumo geral e o volume da produção³⁰ (VARGAS, 1940, p. 395).

De certo modo isto vai ao encontro do raciocínio estabelecido por Angela de Castro Gomes (2005) quando se referiu à tríade “dar, receber e retribuir”. Entendemos que essa “imbricação” entre o particular e o geral pode ter criado uma ideia da necessidade de retribuição ao Estado³¹. Afinal, este esteve atuando de forma incisiva, segundo suas palavras, para auxiliar a família do trabalhador. Ao certo, neste trabalho, não dispomos de condições para dimensionar a abrangência de um discurso como este, mas cremos ser plausível sua interrogação.

Prosseguindo neste entendimento, se faz interessante ressaltar que existiu uma “junção” entre a particularidade e a generalidade, ou seja, entre uma ideia particular de família e uma geral, como também certa dissolução das intenções puramente econômicas. Com isto, queremos dizer que a ideologia do Estado Novo soube, de certo modo, realizar a dissolução de seus propósitos econômicos, ou ideológicos, em um sentido de comunidade.

A família funcionou, neste sentido, como um “instrumento” que tornou isto possível. Como demonstramos com os excertos das manifestações de Vargas, foi recorrente o apelo ao “amparo à família” e estas manifestações, ao tempo em que trataram de intenções abertamente econômicas, foram tratadas como questões sociais. Neste aspecto é importante destacar o raciocínio estabelecido por Marcondes Filho ao tratar deste assunto:

O direito social objetiva amparar a segurança, o conforto, a saúde, a educação, a previdência do trabalhador. Sendo, porém, esse amparo, caracteristicamente econômico, o direito social, no fundo, é uma lei de meios. E como o progresso industrial significa aumento de riqueza, é claro que haverá mais Direito Social lá onde houver mais Indústria e Comércio³² (MARCONDES FILHO, 1943, p. 11).

Diante disso, buscamos a compreensão de como se construiu um discurso político de apoio a Ditadura e ao mesmo tempo às transformações econômicas – que exibiram reflexos nas relações sociais sem dúvida – tendo como ênfase uma suposta preocupação por parte do Estado

30 Fonte: Discurso de 1 de maio 1940. Rio de Janeiro. In: D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

31 Mesmo que julgemos pertinente a elaboração teórica de Angela de Castro Gomes ao estabelecer a tríade “dar, receber e retribuir”, achamos necessário matizar a questão de que esta retribuição exibia certo teor “apaixonado”, que talvez fugisse de certa racionalidade.

32 Fonte: Discurso “Programa”. In: FILHO, Alexandre Marcondes. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

que seria eminentemente social e antes de tudo, nacional. Neste sentido, se fez útil a aceção de Fonseca ao dizer que:

Enquanto ao nível de discurso fala-se em nome do conjunto da nação e afirmam-se os benefícios futuros de todas as classes [...] nota-se que a proposta imediata, objeto em si da ação governamental, deveria ser o desenvolvimento industrial, do qual o desenvolvimento econômico e social decorreriam (FONSECA, 1989, p. 276).

Este sentido de universalização de questões particulares de classe, ou de uma fração desta, foi abordado por Antonio Gramsci, ao se referir a constituição dos Estados Modernos. Gramsci foi perspicaz ao desnudar o íntimo das engrenagens da dominação social por um determinado grupo, naquilo que se referiu como construção de hegemonia. Neste sentido, compreendeu que:

O Estado é concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo. Mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais” (GRAMSCI, 1991, p. 50).

Este foi um importante recurso utilizado pela composição política do Estado Novo. A ênfase no trabalho em prol da coletividade em detrimento de particularismos se construiu fazendo parte de uma sistemática que encobriu proposições políticas e econômicas, como se estas fossem desígnios de uma abstração chamada “nação”. É desta forma que o ministro do trabalho se expressou, quando alertou os trabalhadores de que “quaisquer que sejam os nossos serviços, as nossas funções, os nossos objetivos, o pensamento pela Nação deve estar presente em nosso dia, como se fora um instinto, como se fora um sexto sentido” (MARCONDES FILHO, 1943, p. 28)³³.

Sendo assim, procuramos demonstrar através da manifestação dos representantes políticos da Ditadura do Estado Novo, no Brasil, o modo articulado em que se construiu um ambiente propício para o desenvolvimento de uma ideologia autoritária.

O fortalecimento de determinado ambiente onde o coletivo existiu em detrimento do individual, fez com que possíveis objeções e discrepâncias – e neste ponto atentamos que estas poderiam ser tanto de ordem política, quanto de teor comportamental – fossem combatidas com afinco, afinal concorreriam para o atraso do desenvolvimento pretendido. Para, além disso, incorreriam em um próprio crime contra a “nação”.

33 Fonte: Discurso “O pensamento dos interesses da Nação”. In: MARCONDES FILHO, Alexandre. **Trabalhadores do Brasil**. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.

Referências

- ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.
- ALBERNAZ, Cássio A.A. Um Minotauro Republicano: considerações sobre os Conselhos Técnicos no Pensamento Autoritário. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos avançados*; São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, abril, 1991.
- DE DECCA, Edgar. 1930. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DECCA, Maria A. G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo. 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DINIZ, Eli. *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- D'ARAÚJO, Maria Celina de. *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção – 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- GRAMSCI, A. *Maquiavel: a política e o Estado Moderno*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARCONDES FILHO, Alexandre. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Revista Judiciária, 1943.
- MARTINS, Luis Carlos dos Passos. Azevedo Amaral e o debate sobre o desenvolvimento: entre nacionalismo, industrialismo e desenvolvimentismo. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo – Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A. 1979.
- PAIM, Antonio. Introdução. In: Oliveira Vianna. *Instituições Políticas Brasileiras*. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro: Bahia, 2008.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PONTES Jr, Geraldo; PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: De Letras, 2008.

RICUPERO, Bernardo. A crítica da cópia em Oliveira Vianna. In: SILVEIRA, Helder Gordim da; ABREU, Luciano Aronne de. (orgs.). *De Vargas aos militares: autoritarismo e desenvolvimento econômico no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

SILVA, Ricardo Virgilino Da. *A ideologia do Estado Autoritário no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas: Campinas, São Paulo, 1998.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Uma Configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta & GOMES, Ângela Maria de Castro (Orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

WASSERMAN, Claudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV: Edipucrs, 2013.

Fontes

AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. *Diário Oficial da União*. Poder Executivo, Rio de Janeiro, RJ, 23/ de out. 1940. Seção 1, p. 16199.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil*. Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. P. 29.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*: No limiar de uma nova era [de] 20 de outubro de 1939 a 29 de junho de 1940. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940. V. 7.

_____. *A nova política do Brasil*: O Estado Novo [de] 10 de novembro de 1937 a 25 de julho 1938. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. V. 5.

_____. *A nova política do Brasil*: Ferro, carvão, petróleo: 7 de agosto de 1940 a 9 de julho de 1941. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941. V. 8.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro: Ed. Terra de Sol, 1927.

Recebido em: 18/09/2017

Aprovado em: 05/02/2017